

Das “escolinhas de favores” à “escola de direito”: a educação no/do campo no município de Goiás.

Dorcelina Aparecida Moreira

Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer – Cidade de Goiás, Goiás, Brasil
e-mail: dorcelinamilitao@gmail.com

Resumo

Os propósitos da Educação do Campo nasceram junto com a luta pela terra, em decorrência do processo constitutivo da sociedade brasileira que tradicionalmente negligencia as populações do campo. Este trabalho objetivou analisar a inter-relação entre a busca pela terra e pelo direito à educação na trajetória dos 30 anos de “Reforma Agrária” no município de Goiás e refletir sobre como vem acontecendo a transição da “escola de favor” para a “escola de direito”. Foram realizados estudos bibliográficos, documentais e entrevistas sobre as escolas e a educação no/do campo no município de Goiás. A luta pela terra e pela educação do campo no município de Goiás, iniciou-se em 1985. Naquele contexto, o município, no campo existia apenas escolas multisseriadas desestruturadas, tais escolas eram vistas como dádivas, favores prestados a classe camponesa. Em 2015, o município de Goiás possuía 23 Projetos de Assentamentos com 722 famílias assentadas que somam a luta pela educação à luta pela permanência no campo. A pesquisa demonstra que o processo de mobilização pela Reforma Agrária trouxe aos camponeses a consciência de luta por direitos sociais, e que o direito à educação vem sendo exigido e conquistado gradativamente, no entanto ainda há muito que se conquistar tanto nos aspectos estruturais, quanto nas questões pedagógicas.

Palavras-chave: Escola do campo; família camponesa; luta pela terra; direito à educação.

From the "little school of favors" to "school right ": the rural education in the municipality of Goiás.

Abstract

The Field of Educational purposes born with the struggle for land, due to the constitutive process of Brazilian society that traditionally neglects rural populations. This study aimed to analyze the interrelationship between the quest for land and the right to education in the course of 30 years of "land reform" in the municipality of Goiás and reflect on how is going the transition from "for school" to "school right". bibliographical, documentary studies and interviews on schools and education were made in / the field in the municipality of Goiás. The struggle for land and the field of education in the municipality of Goiás, began in 1985. In that context, the municipality in field existed only unstructured multigrade schools, such schools were seen as gifts, favors rendered the peasantry. In 2015, the municipality of Goiás had 23 Settlement Projects with 722 resettled families that add the fight for education to the struggle to stay in the field. Research shows that the process of mobilization for agrarian reform brought farmers awareness of the struggle for social rights, and the right to education has been required and achieved gradually, however there is still a lot to win both structural, as in pedagogical issues.

Keywords: Countryside school; peasant family; struggle for land; right to education

De "escuelas de favores" a "escuela de derecho": la educacion de y en el campo en el municipio de Goiás.

Resumen

Rev. NERA	Presidente Prudente	ano 21, n. 43, pp. 153-176	Mai.-Ago./2018	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	----------------------------	----------------	-----------------

El campo de los propósitos educativos que nacen con la lucha por la tierra, debido al proceso constitutivo de la sociedad brasileña que tradicionalmente se descuida la población rural. Este estudio tuvo como objetivo analizar la interrelación entre la búsqueda de la tierra y el derecho a la educación en el transcurso de 30 años de "reforma agraria" en la municipio de Goiás y reflexionar sobre cómo va la transición de "la escuela" a la "escuela derecho". Se hicieron, estudios y entrevistas en las escuelas y la educación en documentales bibliográficas / campo en la municipio de Goiás. La lucha por la tierra y el campo de la educación en la municipio de Goiás, comenzaron en 1985. En ese contexto, el municipio de campo existía solamente a las escuelas multigrado no estructurados, tales escuelas fueron vistos como regalos, favores prestados al campesinado. En 2015, la municipio de Goiás tuvo 23 Proyectos de Colonias con 722 familias reasentadas que se suman a la lucha por la educación a la lucha para permanecer en el campo. La investigación muestra que el proceso de movilización por la reforma agraria trajo agricultores conciencia de la lucha por los derechos sociales y el derecho a la educación se ha exigido y ha logrado poco a poco, sin embargo, todavía hay mucho que ganar tanto estructurales, como en cuestiones pedagógicas.

Palabras-clave: Escuela de campo; familia campesina; lucha por la tierra; derecho a la educación.

Introdução

O processo constitutivo da sociedade brasileira foi alicerçado na negação da identidade e da classe camponesa e direcionado à valorização dos espaços e da cultura urbana forjando a imagem negativa e depreciativa do campesinato, nos aspectos político, social, cultural e pedagógico. Essa realidade intensificou-se no século XX, com a industrialização e a “modernização” da agricultura. Porém, o fim do regime militar, o movimento de luta pela democracia e a articulação dos movimentos sociais do campo iniciado na década de 1980, propiciou uma nova dinâmica no campo e seus sujeitos passaram se afirmarem como cidadãos com direitos, sobretudo à educação.

De acordo com Arroyo (2012), os povos do campo sempre foram vistos como receptores agradecidos de favores, das misérias recebidas da elite brasileira, pois “abrir e manter uma escolinha no campo não passava de um dádiva do fazendeiro ou do prefeito”. Assim, os que “sabiam” ensinavam aos que “não sabiam”, os conteúdos que os primeiros gostariam que os segundos aprendessem e não o que os segundos gostariam e/ou necessitassem aprender.

No município de Goiás, até a década de 1980 existia no campo escolas multisseriadas, desestruturadas, classificadas como escolas isoladas. Usualmente tais escolas eram construídas por algum fazendeiro que sediava em um comodo da própria casa e indicava como professor uma das suas familiares – filhas, noras... Assim, tinha a escola como espaço de subordinação política, funcionando para barganha dos votos dos que a usavam por tê-la como favor prestado pelo fazendeiro (FERNANDES, 2012; ARROYO, 2012).

Na ano de 1985, no município de Goiás, os camponeses mobilizaram-se e iniciaram o movimento de luta pela terra. O resultado deste processo, 30 anos depois, acumula em 2015 23 projeto de assentamentos com 722 famílias assentadas.

A luta pela terra propiciou as famílias camponesas o acesso ao conhecimento e a formação política. Elas passaram a se perceber como sujeitos dotados de direitos e a lutar por políticas públicas, dentre elas, a Educação do Campo.

A partir de então, a Educação do Campo vem ganhando espaço no mundo acadêmico, nos debates, nos discursos políticos e na pauta de luta dos movimentos sociais do campo. Já foram obtidos alguns resultados positivos como a elaboração e edição das *Diretrizes Operacionais para uma Educação Básica nas Escolas do Campo* e de Políticas Públicas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), também vem sendo realizadas pesquisas e publicações referentes ao tema.

De acordo com Arroyo (2011), a Educação do Campo é uma modalidade de ensino que trabalha com uma visão de respeito para o campesinato, no intuito de lhe garantir o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a cultura como direito universal e a conscientização e a ação de seus membros como sujeitos sociais. Neste tipo de educação as práticas educativas devem vincular o conhecimento escolar com os saberes, com os fazeres e as raízes culturais camponesas no intuito de superar a visão depreciativa que ideologicamente foi construída sobre o campesinato.

Em 2015, no município de Goiás existia sete escolas municipais situadas no campo. Algumas atendem à educação infantil e a primeira fase do ensino fundamental. Outras são escolas-polo¹ e atendem da educação infantil até o nono ano. Quanto ao ensino médio existe uma escola que funciona a noite situada no distrito de Colônia de Uvá e a Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO). A maioria dos que cursam o ensino médio são transportados para escolas urbanas.

Nessa pesquisa, buscamos compreender a educação oferecida *no/do* campo no município de Goiás; analisar a inter-relação entre a luta pela terra e pelo direito a educação na trajetória dos 30 anos de luta pela “reforma agrária” e como vem acontecendo a transição da “escola de favor” para a “escola de direito” e; identificar os principais entraves na consolidação deste direito.

Durante a investigação foi realizada a pesquisa teórica, pesquisa documental e entrevistas com pessoas que participaram desde o começo da luta pela terra e pela educação no município de Goiás. Sendo também entrevistado um profissional da educação coordenador do transporte escolar neste município. Os dados secundários foram coletados em páginas

¹ Escola-polo é um termo usado para referir a uma escola que se derivou do agrupamento de várias escolinhas multisseriada que funcionava em uma região.

eletrônicas, leis sobre educação no Brasil e documentos originais - como o projeto político pedagógico - nas escolas-polo, na Escola Família Agrícola de Goiás, e no curso de Graduação em Educação do Campo oferecido na Universidade Federal de Goiás – Regional Cidade de Goiás; e em livros-ata e outros arquivos da secretaria municipal de educação, desporto e lazer. Também foram utilizados relatos de entrevistas realizadas por outros autores.

Este trabalho descreve a educação *no/do* campo no município de Goiás, no período de 1975 a 2015. Foram analisadas questões sobre as “escolas de favores” - as escolas rurais, multisseriada, isoladas e a estrutura física e didático-pedagógica dessas escolas.

Tais questões, uma vez investigadas, nos conduziu a refletir sobre a luta pelo direito a terra e pelo direito à educação iniciada em 1985, perpassando por diferentes espaços e situações como as escolas nos acampamentos e assentamentos, o transporte escolar, a EFAGO, as escolas-polo e os cursos de ensino superior na modalidade de Educação do Campo

As “escolinhas de favores”

Os dados mais antigos encontrados sobre as escolas rurais no município datam de 1975. Naquele contexto, em todo o Brasil, o ensino público no campo era oferecido em escolas isoladas que localizavam-se nas fazendas e povoados. Conforme o Decreto nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, é compreendida como escola isolada aquela que possui uma só turma, com um único professor responsável pela escola (BRASIL, 1946). “Esse isolamento acarretava uma sobrecarga de trabalho ao professor... ficando responsável pela confecção e distribuição da merenda, realização da matrícula e demais ações de secretaria e de gestão, limpeza da escola e de outras atividades na comunidade” (HAGE e PENA, 2015, p. 57).

No estado de Goiás, o Regulamento para a *Instrução* Primária da Província de Goyáz,(1887), no Capítulo 6º, artigo 12, classificava todas as escolas como sendo de 1ª 2ª e 3ª classe da seguinte maneira: “Serão de 1ª classe as escolas desta capital e de todas as outras cidades da província. De 2ª classe as das villas, de 3ª classe as das freguesias, arraiais e outras povoações”. (GOYAZ, 1887, p. 7). Sendo, então, todas as escolas multisseriada situadas no campo classificadas como de 3ª classe.

Uma escola que possui uma só turma é também chamada de escola multisseriada, justamente por atender todas as séries da primeira fase do ensino fundamental, juntas, sob responsabilidade do mesmo professor.

Quase sempre a instalação de uma escola no campo era demandada por um fazendeiro que, visava manter os agregados e, conseqüentemente, a mão-de-obra disponível, quando necessitasse. Na maioria das vezes, as escolas eram instaladas em prédios

improvisados ou mesmo em um cômodo na casa da professora (SOUZA, M., 2012, HAGE e PENA, 2015).

Esse fato pode ser observado no texto do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Vale do Amanhecer, do município de Goiás, ao referir sobre a primeira escola que funcionava na região, no início da década de 1940, cuja primeira professora foi Rosa Ludovico de Almeida – a Dona Lia.

A autorização para o funcionamento da mesma foi concedida na época pelo Prefeito Dr. Divino de Oliveira, conseguida pelo senhor Omar Ludovico de Almeida, pai de Dona Rosa, com objetivo de atender os filhos de seus agregados que não podiam se deslocarem para estudar (PPP, ESCOLA VALE DO AMANHECER, 2014, p. 5).

Naquele contexto a abertura de uma escola era considerada como favor feito aos pobres: pelo qual estes deveriam ser gratos e retribuir com o trabalho ou o voto. “As aulas eram ministradas na sala da residência da professora, onde funcionava em estado precário, pois não tinha móveis adequados... eram da própria residência” (ESCOLA VALE DO AMANHECER, 2015, p. 5).

Os materiais didáticos usados pelos professores eram o quadro, o giz e alguns livros didáticos que os alunos recebiam no início do ano e iam sendo decorados, página por página. Quando não havia livro para todos os alunos, o professor passava o texto no quadro. Esse texto era denominado “ponto”, para ser copiado e decorado em casa para depois se fazer a “prova”. Situações como esta são retratadas por Hage e Pena (2015), em pesquisa realizada nas escolas multisseriadas na Amazônia, mas que se aplicam a tantas outras realidades Brasil a fora.

Sobre essa lógica, é muito comum presenciarmos na sala de aula ou escola ou turma multisseriada os docentes conduzirem o ensino a partir da transferência mecânica de conteúdos aos estudantes sob a forma de pequenos trechos, – extraídos dos livros didáticos a que conseguem ter acesso, muitos deles bastante ultrapassados e distantes da realidade do meio rural, os quais são repassados através das cópias ou da transcrição no quadro, utilizando-se da fragmentação do espaço escolar com a divisão de turmas em grupos, cantos ou fileiras seriadas, como se houvesse várias salas em uma, separadas por “paredes invisíveis” (HAGE; PENA, 2015, p. 57-58).

Em Santos e Escolaro (2002, p. 25), a precariedade das escolas multisseriadas no município de Goiás foi retratada pelos próprios estudantes, em textos produzidos em 2001, período em que as escolas municipais tiveram assessoria da Universidade Católica de Goiás, em convênio com a Diocese de Goiás e com a Secretaria Municipal de Educação (SME), para capacitação dos professores como mostra o texto escrito por estudante da Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha em seu primeiro ano de funcionamento.

A escola que eu estudava era muito diferente da atual. Era ruim, mas era a única que tinha. Bombei 2 anos e já era para mim estar na 7ª. série. Atrasou muito... Agora com muito custo cheguei na 5ª. série e estou com 15 anos. Estou muito orgulhosa e pretendo me formar para ajudar os meus pais. Na época deles era difícil estudar, agora é mais fácil (SANTOS; ESCOLARO, 2002, p. 25).

Naquele contexto, era comum a atuação de professores que não tinham concluído sequer o Ensino Fundamental. Em 1999, quando foi instituído no município de Goiás o Plano de Carreira dos Servidores da Educação, dos 132 professores da rede pública municipal 42% eram do quadro provisório; destes, 27% dos professores tinha o Ensino Fundamental incompleto e apenas, 15% dos professores tinham curso superior (SME, 1999).

A tabela 1, retrata o número de escolas municipais rurais, o total de alunos nela matriculados e à disparidade entre a quantidade de estudantes que cursava a alfabetização e o 4º ano, a cada cinco anos.

Tabela 01 - Escolas municipais rurais multisseriada, total de alunos matriculados, na alfabetização e no 4º ano, a cada cinco anos, no período de 1975 – 2000 (Município de Goiás-GO –2015).

ANO	Escolas municipais rurais	Alunos matriculados	Em %	Alunos matriculados no 4º ano	Em %
1975	40	1207	45%	54	4,5%
1980	42	1347	46%	121	9%
1985	61	1707	50%	102	6%
1990	43	1062	32%	95	9%
1995	61	1000	38%	130	13%
2000	43	693	24%	159	23%

Fonte: SME – Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Goiás. Org: O autor.

Observa-se que entre 1980 e 1985 houve um aumento significativo de escola e de alunos matriculados. Já de 1985 para 1990, observa-se um decréscimo de 61 escolas com 1707 alunos para 43 escolas com 1062 alunos. Este fato se deve à divisão territorial ocorrida com a emancipação de Faina em 1989². Entre 1990 e 1995 aumentou o número de escolas, devido à demanda dos assentamentos que foram efetivados no município. Porém, mesmo com a chegada de muitas crianças ao campo, filhos das famílias assentadas, o número de alunos matriculados começou a diminuir, possivelmente por que o município começou a operar com o transporte escolar.

² Em 1989 ocorreu a emancipação do Município de Faina, que até então era pertencente ao Município de Goiás (IBGE).

O descaso com a educação rural é evidenciado ao comparar a quantidade de alunos matriculados na alfabetização e de alunos que chegaram ao 4º ano do ensino fundamental. Dos 1207 alunos matriculados entre 1975 e 1980, 45% foram matriculados na alfabetização, mas apenas 4,5% dos estudantes matriculados chegaram no 4º ano. Isso se deve a ideia de que se aprendesse a assinar o nome já era suficiente, mas também ao despreparo da escola que provocava a “evasão” escolar. Essa disparidade permaneceu até o ano 2000, quando apresenta equilíbrio entre a quantidade de alunos matriculados na alfabetização e a de matriculados no 4º ano.

De acordo com Hage e Pena (2015, p ,56), “são muitos os fatores que evidenciam as condições de existências inadequadas dessas escolas, que não estimulam os professores e os estudantes a nela permanecerem e/ou a sentirem orgulho de estudar em sua própria comunidade”. Toda a precariedade das escolas multisseriada existentes no município de Goiás; as salas superlotadas, professores pouco qualificados, falta de infraestrutura e baixa qualidade de ensino, passaram a ser questionadas a partir da organização dos camponeses quanto iniciaram na luta pela terra no município e perceberam a necessidade de lutar pelo direito à escola pública para os seus filhos estudarem.

As primeiras experiências de escolas nos assentamentos foram a escola do PA Mosquito e a do PA Rancho Grande, quando eles ainda eram apenas acampamentos.

A luta pela terra e pelo direito à Educação no/do Campo no Município de Goiás

Em uma sociedade opressora e excludente, marcada pelo mandonismo dos coronéis detentores da terra, a escola e a educação no campo não teria outra função senão a de mantenedora do sistema. Esse modelo de educação só começa a ser questionado a partir do momento em que é questionada, também, a propriedade latifundista a *terra de negócio* evidenciando a necessidade da terra de *vida e trabalho* para os povos do campo (MARTINS, 1982).

De acordo com Caldart (2012), a Educação do Campo nasceu em meio às lutas do movimento camponês. No município de Goiás, iniciou-se nos assentamentos Mosquito e Rancho Grande. Portanto, a busca da escola de direito principiou junto com a luta pelo direito à terra.

O marco da luta pela terra no município de Goiás data-se de maio de 1985 com a ocupação e conquista da Fazenda Mosquito (de propriedade da família Berquó), onde 44 famílias foram assentadas após um ano de luta³.

³ Ver RODRIGUES DA SILVA, 2003.

A primeira professora que ministrou aulas no PA Mosquito, ainda no período do acampamento, nos concedeu entrevista. Narrou que ao chegarem à terra, as famílias iniciaram o preparo do solo para o plantio ao mesmo tempo em que iniciaram a construção da escola.

As estruturas das escolas de acampamentos eram equivalentes as estruturas das residências das famílias: Cercadas de pau a pique e cobertas com folha de bacuri e lona preta.

Diferente das escolas de favores, a escola no acampamento era construída pelo grupo em um espaço coletivo; as professoras eram voluntárias, até se conseguir que o Estado assumisse a contratação de uma professora (Educadora assentada, em 20/05/2015). Observa-se que para as famílias acampadas, a educação escolar dos filhos era tão importante quanto ter a terra para *plantar e colher*.

No acampamento Rio Vermelho (atualmente PA Rancho Grande), primeiro acampamento com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado de Goiás, as margens da BR-153, a escola foi criada mesmo antes de ocuparem as terras, direcionada a alfabetização dos adultos. A ocupação das terras pleiteadas foi em agosto de 1987 e imediatamente instalou-se a escola para as crianças. (SOUSA, 2002).

A construção da escola foi feita pela própria comunidade com ajuda de terceiros. Inicialmente, os professores eram voluntários, os materiais pedagógicos foram fornecidos pela Fundação Educar, as carteiras foram doadas pela Universidade Católica de Goiás⁴ (UCG)- atual (PUC-GOÍÁS) e Instituto Brasil Central (IBRACE). A proposta pedagógica era Freireana, estudava-se palavras/temas geradores como: lona, luta, terra, povo, reunião, entre outras. Assim, ocorria a problematização, o debate, a alfabetização e o aprendizado dos estudantes conforme a realidade vivenciada por si e suas famílias (SOUSA, 2002).

As escolas atendiam até o 4^a ano do ensino fundamental. As famílias, buscando o garantir a continuidade da educação escolar aos seus filhos, reivindicaram a implantação de segunda fase do ensino fundamental no assentamento. O município não atendeu tal reivindicação; ao invés de construção da escola passou a disponibilizar o transporte escolar. Para Hage e Pena (2015), a política de nucleação, vinculada ao transporte escolar foi a principal ação do poder público diante das demandas pela educação dos povos do campo.

O *transporte escolar* no município de Goiás iniciou-se em 1991, em decorrência da demanda das famílias do PA Mosquito por escolas de 2^a fase do ensino fundamental.

Um dos camponeses rememora esse processo.

Eu e o companheiro Damásio estávamos no assentamento sozinho, no primeiro semestre de 1991, aí percebemos que não tinha como ficar lá sozinho e a família na cidade para estudar nossos filhos. O doutor Valim era

⁴ A Universidade Católica de Goiás tornou-se Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a partir de 08 de setembro de 2009.

prefeito. Aí, agendamos uma reunião na prefeitura com os pais e os alunos e falamos pra ele da nossa necessidade. Ele topou, falou que não tinha dinheiro pra isso mas ia fazer o que podia (Assentado PA Mosquito, entrevista em 18/05/2015).

Em decorrência desta reunião a prefeitura disponibilizou uma Kombi para realizar o transporte dos alunos do assentamento para o Colégio João Augusto Perillo na cidade de Goiás. O entrevistado afirma que “Era muito difícil, o carro quebrava muito, as estradas eram ruins mas naquele momento foi uma grande conquista pra nossa comunidade”. Menciona, ainda que, o fato do transporte escolar circular dentro do assentamento, levar os jovens até a cidade para assistir as aulas e retornarem para suas casas, provocou indignação nos fazendeiros da região e demais pessoas que eram contrárias à luta pela terra.

Naquele contexto, mesmo sabendo-se que não era a melhor opção, o transporte escolar foi uma conquista importante para garantir a permanência das famílias na terra recém conquistada.

A luta pelo acesso à educação do campo foi e é perene. As linhas de transporte escolar aumentaram, se expandiram a outros assentamentos, a todo o município. Atualmente é realidade em todo o país, tendo se tornado uma política de Estado, com a criação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escola (PNATE).

Em 2015, o município de Goiás transportou 785 estudantes⁵. Destes, 486 foram transportados entre campo-campo e atendidos em escolas situadas em assentamentos ou distritos. O transporte que é realizado entre campo-cidade é responsável pela locomoção de 299 estudantes, sendo 191 para a cidade de Goiás e 108 para os municípios vizinhos de Itapirapuã e Itaberaí. De acordo com o (Coordenador do transporte escolar, SME), entrevista em 27/04/2015). Para a realização do transporte escolar, o município de Goiás gasta anualmente cerca de R\$ 1.870.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta mil reais).

O valor gasto com o transporte escolar, tido como relativamente alto, deve-se à quantidade de linhas de transporte decorrente da grande extensão territorial do município com área de 3.108 km² e a terceirização do serviço, por não haver veículos próprios da prefeitura em quantidade suficiente para atender toda a demanda.

Segundo o coordenador do transporte escolar no município, em 2015 existiam 51 rotas realizadas diariamente. Destas, dez rotas são feitas com veículos próprios (quatro ônibus e quatro micro-ônibus adquiridos pelo *Programa Caminho da Escola* - Programa do governo federal, criado pela Resolução Nº 3, de 28 de março de 2007). Esses veículos percorrem em média 800 quilômetros por dia.

⁵ É importante ressaltar que a quantidade de alunos não é estável, porque atende todos os moradores do campo há famílias que trabalham como assalariada nas fazendas e migram de uma região para outra, ou mesmo para outros municípios em busca de trabalho, por isso mudam os filhos de escola.

As outras 42 linhas de transporte são terceirizadas, com o serviço de 32 veículos: três ônibus, cinco micro-ônibus, sete vans e 17 kombis que percorrem diariamente 3800 quilômetros. Ainda de acordo com entrevistado, a administração enfrenta muitos problemas como a falta de recursos para a manutenção dos veículos próprios, a manutenção de estradas e a terceirização, sendo o último o mais grave deles por elevar os valores pagos.

Observa-se que há descumprimento aos direitos sociais das famílias camponesas no que tange a educação, já que a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a LDB preveem o funcionamento de escolas próximas das residências dos alunos e na área rural o que se tem ocorrido é o fechamento de escola.

Dados do Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária (2015) apontam que entre os anos de 2003 e 2014, foram fechadas mais de 37 mil escolas no campo (ENERA, 2015). O estado de Goiás se destaca no fechamento de escolas no campo. De acordo com Souza (2016) no ano de 2000 havia 1.824 escolas situadas no campo e em 2015, aproximam-se de 575 unidades escolares.

O artigo 11, inciso VI, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação(LDB), afirma que é dever do município *assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal*. No entanto, refletimos alguns questionamentos diante da realidade vivida nos municípios de todo o país: os valores gastos anualmente com o transporte escolar não seriam suficientes para construir e equipar escolas no campo, mais próximas às residências dos estudantes? O Estado brasileiro não poderia construir escola de excelência no campo com recursos menores do que ao setor do agronegócio de agricultura química e agro-exportadora?

Para se deslocar no transporte os estudantes almoçam mais cedo do que o usual e dependendo da distância entre a casa e a escola e das condições das estradas, passam até oito horas distantes de casa. Os pais se preocupam com a instabilidade cotidiana dos filhos e os riscos diversos que envolvem crianças e adolescentes que passa o dia longe de casa e da família (envolvimentos com as drogas, a violência urbana – para os que estudam na cidade – , o trânsito).

Eles se distanciam da vivência e cultura da família e ainda não podem ajudar nas tarefas cotidianas provocando a sobrecarga de trabalho e a subordinação econômica da família, pois os estudantes se tornam quase que em migrantes.

Esta situação demonstra uma contradição de direitos imposta pelo capital que gira em torno das questões econômicas e não das necessidades humanas. Conforme Santos (1981), observa-se que esta é mais uma forma de subordinação do capital sobre a reprodução camponesa.

Esta situação foi percebida pelos camponeses desde o começo da oferta do transporte escolar entre campo-cidade, quando, então, pensou-se na tentativa de construir uma escola que respondesse à realidade e necessidade das famílias camponesas e evitasse

a dura realidade do transporte escolar. Assim, surgiu a ideia e debates sobre Escola Família Agrícola (EFAGO) e iniciou-se um processo de luta pela implantação da EFAGO no município de Goiás.

A Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO), situada no Sítio Paciência – Arraial do Ferreiro, a 8 Km da cidade de Goiás. É uma escola filantrópica que trabalha com a *pedagogia da alternância* e oferece ensino médio e Curso Técnico em Agropecuário. É mantenedora da escola a Associação de Pais e Alunos em convênio com a Secretaria Estadual de Educação de Goiás. A EFAGO nasceu da luta dos trabalhadores – PA Mosquito, PA Rancho Grande e PA Retiro Velho, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), visando atender às necessidades dos assentados e demais camponeses da região e proporcionar aos seus filhos o direito de acesso à educação e a uma formação coerente com sua realidade da vida, do trabalho e da luta pelo acesso e permanência na terra (SOUZA, E., 2012).

Iniciada com a Criação da Associação de Pais e Alunos em 1992, a escola foi construída através de mutirões, sendo concluída em 1994⁶.

O custeio e a manutenção da escola sempre foram um desafio para a Associação de Pais e Alunos da EFAGO, sendo custeada pelas próprias famílias, através de projetos temporários e parcerias pontuais com a Secretaria Estadual de Educação. Assim, o poder público nunca custeou-a regular e integralmente. Em 2010 a escola teve 54 estudantes matriculados, em 2015 esse número caiu para a escola atendeu 30 estudantes.

A estrutura física da escola é relativamente boa com salas de aulas confortáveis, refeitório, quartos e banheiros adequados. A área de prática agropecuária é composta por uma horta, frutíferas, apiário, criação de suínos, galinhas e algumas vacas.

De acordo com Jesus (2011), entre as principais características das Escolas Famílias destaca a participação da Associação de Pais e Alunos na gestão da escola e a prática de pedagogia *da alternância*, que permite ao estudante dois períodos de formação; um na escola e outro na comunidade com a família, assim o estudante não quebra o vínculo com a família e com os trabalhos da unidade produtiva. Para Jesus (2011, p. 10).

A formação na alternância tem como objetivo principal possibilitar a educação em tempo integral, envolver as famílias na educação dos filhos, fortalecer a prática do diálogo entre os diferentes atores que participam dos processos de formação dos educandos. Além de proporcionar qualificação técnica (técnico em agropecuária) aos estudantes camponeses/as com o intuito de fortalecer a agricultura camponesa - estudar e continuar no campo, contribuir nos trabalhos da propriedade familiar, desenvolver alternativas de permanência na terra, dessa forma, diminuir a migração campo/cidade. Essa prática implica em debater políticas públicas para as demandas que existem no campo.

⁶ No primeiro ano de funcionamento, a escola só atendeu alunos do 5º ano; no segundo ano, 5º e 6º e assim sucessivamente até chegar ao 3º ano do ensino médio (EFAGO, 2015).

A *Pedagogia da alternância* utiliza instrumentos pedagógicos específicos, destacando-se: o plano de formação, o plano de estudo e a visita dos monitores às famílias.

Para Jesus (2011), o *plano de formação* é a grande diferença da proposta pedagógica da escola. A cada ano, é definido um tema gerador para cada turma. No ano de 2015, os temas geradores apresentados foram: para o 1º ano, *família e as relações na comunidade*; para o 2º ano, *desenvolvimento sustentável*; para o 3º ano, *projeto profissional do jovem*. A partir do tema gerador é elaborado um plano de estudo.

O *plano de estudo* é um instrumento pedagógico que deve ser elaborado com a participação das famílias, dos estudantes e dos monitores e tem como objetivo estudar/pesquisar temas ligados à realidade das famílias, no âmbito econômico, político, social, cultural.

A *Visita dos monitores às Famílias* é uma atividade que deve ser desenvolvida periodicamente e visa facilitar a produção do conhecimento a partir de uma orientação técnica mais específica do monitor para o estudante. Com as visitas os monitores analisam melhor a *práxis* da família. A efetivação da *pedagogia da alternância* passa, necessariamente por esse instrumento pedagógico, que leva o professor/monitor à comunidade para conhecer a realidade das famílias, as condições de moradia, os costumes, o sistema de trabalho e de produção etc. Assim, a escola terá maior possibilidade de dialogar com os estudantes e construir o processo de aprendizagem.

Apesar de serem fatores primordiais na pedagogia da alternância os instrumentos pedagógicos a cima mencionando nem sempre são executados com sucesso devido à falta de recursos e ou professores qualificados. Assim, observa que mesmo havendo na EFAGO uma proposta político-pedagógica que corresponde às necessidades e realidades da comunidade camponesa, a escola necessita de outros fatores como políticas públicas, professores qualificados e comprometidos com a causa dos trabalhadores e participação efetiva da comunidade.

A Escola Família Agrícola não conseguia atender todos os estudantes do campo além de muitas famílias não se sentirem seguras em deixar os filhos adolescentes nesta escola por ter que permanecerem 15 dias na escola distantes de casa. Assim, os camponeses do município de Goiás idealizaram e reivindicaram outras escolas mais próximas de suas casas visando garantir o acesso à educação, melhorar a qualidade do ensino e atendendo às especificidades do campo. Estas reivindicações se efetivaram na criação das escolas-polo.

A constituição das escolas-polo

Além da Escola Família Agrícola de Goiás, até o ano de 2001, as demais escolas que funcionavam no campo só atendiam a estudantes na 1ª fase de ensino fundamental, suas

estruturas eram precárias e funcionavam em regime multisseriado, os professores eram sobrecarregados. O sofrimento e a instabilidade das famílias foram descritos por um estudante da Escola Terezinha de Jesus Rocha, em 2001, em Santos e Escolaro (2002).

Quando comecei estudar tinha 7 anos e foi na Escola Dom Abel em Goiás. Depois fui para a Escola Boa Vista, numa chácara chamada Jacaré. Nessa escola tinha uma merendeira muito ruim. A professora era boa, ensinava direito. Depois fui para a Escola Cora Coralina em Goiás e nós ia de ônibus. O ônibus passava no ponto as 10 e meia da manhã. Depois fui estudar na Escola do PA Novo Horizonte II. Nessa escola não tinha lanche, água e a professora não ensinava direito, o quadro não prestava, quando chovia, molhava tudo: não tinha cadeira e eu andava mais de 3 Km para chegar na escola. Depois fui estudar na Boa Vista (SANTOS e ESCOLARO, 2002).

De acordo com Santos e Escolaro (2002), este estudante que morador do campo, ainda na primeira fase do ensino fundamental teve que passar por cinco escolas diferentes, sendo duas escolas urbanas e três situadas no meio rural. Como esperar uma boa aprendizagem de uma criança nessa situação? Como estudar em escolas como as acima descritas? Que motivação teria para aprender uma criança que andava três quilômetros a pé e quando chegava na escola lhe faltavam lanche, água, cadeira para se sentar?

As famílias testemunhando um sistema escolar precário vislumbrava outra alternativa de matricular os filhos nas escolas da cidade e a usar diariamente o transporte escolar ou a morar de favor na casa de algum familiar ou mesmo de “estranhos”, Nas escolas urbanas, estavam sujeitos ao preconceito e a discriminação por serem ou terem sido sem-terra e, tendo que se adaptar, corriam o risco de se distanciarem das famílias e da cultura camponesa.

Nesse contexto, ter uma escola melhor estruturada no campo que atendesse o ensino fundamental completo era uma das principais demandas das famílias camponesas.

Em 1999 foi aprovado, pelo MEC o projeto de construção da *escola-polo* na Buenolândia (Barra), que veio a funcionar dois anos depois. Em 2015 existem quatro escolas-polo. A tabela 2 apresenta a quantidade de estudantes por escola em intervalo de 5 anos.

Tabela 02 - Relação de escolas-polo, número de alunos por escola e total entre 2001/2015 (Município de Goiás-GO – 2015).

Ano	Escola Terezinha de Jesus Rocha	Escola Olímya Angélica de Lima	Escola Holanda	Escola Vale do Amanhecer	Total de alunos
2001	180	-	-	-	180
2005	149	180	260	56	645
2010	113	84	221	79	497
2015	86	91	133	108	418

Fonte: SME Goiás –GO; Org: A autora.

De 2001 até 2005 foram criadas as quatro escolas-polo. A Escola Vale do Amanhecer em 2005 só atendia até o 5º, a partir de 2009 passou a atender até o nono ano e aglomerou outra escola que funcionava como multisseriada. A seguir serão apresentadas o histórico e as características de cada uma.

a) *Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha*, situada no distrito de Buenolândia – popularmente conhecido como Barra – a 32 Km da cidade de Goiás. Instituída pela Lei de Criação 010/1999 e iniciou suas atividades letivas em 2001, visando atender à educação infantil e ensino fundamental do 1º ao 9º Ano⁷. Para formá-la foram aglomeradas as seguintes escolas que funcionavam em regime multisseriado na região: Escola Rio Vermelho, que funcionava no PA Rancho Grande; Escola Municipal Iniciação, que funcionava no PA Mosquito; Escola São Felipe, que funcionava no PA São Felipe; Escola Novo Horizonte, que atendia alunos do PA Novo Horizonte e PA Mata do Baú; Escola São João do Monte Alegre, na Comunidade São João do Monte Alegre; Escola Caiapó, do PA São João da Lavrinha e Escola Terezinha de Jesus Rocha, que já funcionava no distrito de Buenolândia.

Cada unidade mudou-se para a polo e levou consigo todos os mobiliários e recursos pedagógicos que possuíam. No entanto, o problema da falta de infraestrutura continuou.

A rotina da escola-polo era diferente da que os estudantes frequentavam anteriormente; para os estudantes, novos colegas e professores, escola movimentada; para as famílias, aumentou a preocupação devido à distância entre a escola e as residências cerca de 90 % dos alunos dependiam do transporte escolar. Se por um lado, a escola diminuiu o deslocamento do campo para a cidade, por outro, quase todas as crianças teriam que usar o transporte de um lugar do campo para outro do próprio campo.

Os estudantes narraram os problemas de se estudar na *escola-polo*, à Santos e Escolaro (2002), em textos produzidos no primeiro ano de funcionamento, em 2001.

Fazem muitas promessas que a escola vai melhorar. Eu gostaria que essa escola fosse pra frente, que ela crescesse e ficasse melhor. Gostaria de estudar em Goiás.

Tem vez que não gosto da merenda. Já perdi muitas aulas e prova porque muitas vezes o transporte não passa. Leva a primeira viagem e não volta. Assim muito aluno fica no prejuízo. Nosso transporte só fica mais quebrado ou com o pneu furado (SANTOS e ESCOLARO, 2002, p. 25-26)..

O transporte escolar não foi problema só para os alunos, os professores que antes trabalhavam nos assentamentos e outros que foram da cidade para trabalhar na escola tiveram que enfrentá-lo para ir ao trabalho. Neste sentido, percebe-se que a escola-polo se

⁷ No primeiro ano de funcionamento, a escola atendeu alunos da alfabetização – Educação Infantil- ao 5º ano. Depois as turmas foram sendo constituídas até chegar ao 8º ano.

“distanciou” dos estudantes, dos professores e das famílias, tanto em relação ao espaço físico, quanto à participação nas tomadas de decisão. As escolas que funcionavam antes nos assentamentos eram pensadas e geridas pelo professor e pela comunidade com base no trabalho e na luta pela terra, passaram a ter outra forma de organização.

A instituição passou a ser dirigida por um diretor alheio à realidade das famílias camponesas, com indicação do governo municipal. Outros direcionamentos foram dados e os princípios e valores pautados na organização e luta camponesa foram quebrados, como mostra o depoimento: “Quando a escola era no assentamento, os pais eram mais próximos, mais participativos e solidários, tínhamos todo apoio” (Educadora e assentada, em 20/05/2015). Percebe-se então, que com a *escola-polo*, ocorreu o distanciamento da comunidade.

No entanto, houve avanços com o trabalho em equipe, “No assentamento, a escola, a gente era sozinha. Não tinha troca de experiências, no polo passou a ter o grupo de trabalho, troca de experiências. Troca de experiências também entre os alunos, acho que foi positivo” (Educadora e assentada, em 20/05/2015).

B) *Escola Municipal Olímpya Angélica de Lima*, situada no Projeto de Assentamento União dos Buritis, a 51 Km do centro urbano da cidade de Goiás, surgiu dentro do acampamento de 200 famílias que reivindicavam a desapropriação da Fazenda São Carlos. A autorização de funcionamento da escola se deu pela Lei Nº 032/1992, que inicialmente atendia alunos da educação infantil ao 4º ano, em regime multisseriado. O Assentamento se efetivou em 1995, com 154 famílias instaladas, em seguida, foram constituídos outros dois assentamentos nas proximidades: o PA Buriti Queimado, com 26 famílias e União dos Buritis, com 31 famílias (INCRA, 2015).

Em 2002, iniciou-se o atendimento até a 2ª fase do ensino fundamental, desta vez no PA União dos Buritis, por este ser mais centralizado e facilitar o acesso dos estudantes. Assim, durante um ano: a mesma escola funcionou em lugares diferentes, da educação infantil até o 4º ano no PA São Carlos, e do 5º ao 8º ano no PA União dos Buritis. Em 2003 houve a junção das turmas na escola do PA União dos Buritis, que foi adaptada para comportar todas as turmas. (PPP, ESCOLA OLIMPYA ANGÉLICA DE LIMA, 2015).

C) *Escola Municipal Holanda*, localizada no Projeto de Assentamento Holanda, a 23 Km da cidade de Goiás. Surgiu por ocasião do acampamento, em 1997. Após a efetivação do assentamento, a escola passou a funcionar na sede da antiga fazenda, atendendo as famílias que reivindicavam a ampliação até o 9º ano, como mostra o depoimento de um pai de aluno, no projeto político pedagógico da escola:

O transporte era muito ruim, precário, muito velho, várias vezes a gente foi buscar nossos filhos na estrada, com fome, com frio, tarde da noite porque o ônibus estava quebrado. Então o objetivo era estar aqui perto mesmo, pra

gente estar vendo. Às vezes a gente achava que os filhos estavam estudando, eles estavam era na praça, às vezes estava até pro outro lugar que não devia. Agora com a escola aqui fica mais fácil acompanhar eles (PPP, ESCOLA HOLANDA, 2015).

Assim, em 2005 com a Lei nº 005/2005, criou e regulamentou o funcionamento desta unidade de ensino. Suas atividades iniciaram-se em maio de 2005.

Os estudantes que frequentam esta unidade são das seguintes comunidades e assentamentos: Projeto de Assentamento Holanda, PA Baratinha, PA Dom Tomás Balduino, PA Engenho Velho, PA Vila Boa, PA São João do Bugre, além de outras comunidades e filhos de funcionários das fazendas e sítios da região.

D) *Escola Municipal Vale do Amanhecer*, situada no distrito de Calcilândia, a 54 Km da cidade de Goiás. Tornou-se escola-polo em 2004, com a junção das seguintes escolas municipais da região que funcionavam em sistema multisseriada: Escola Municipal Pastim, Escola Municipal Pouso Alegre, Escola Municipal Vale do Amanhecer, Escola Municipal Nossa Senhora da Abadia e Escola Municipal Água Limpa.

Esta, é a única escola-polo que não atende estudantes de assentamentos, no entanto 85% dos estudantes, são filhos de agricultores familiares e assalariados que trabalham em fazendas e chácaras da região, os demais são filhos de assalariados que trabalham na empresa Calcilândia Mineradora.

Quanto à estrutura física das escolas-polo, a Terezinha de Jesus Rocha é a única planejada e construída com esse fim. De acordo com Souza, E., (2012), é comum, na educação *no/do* campo, a adaptação de alguma estrutura física já existente para instalação da escola.

A Escola Holanda funciona na sede da antiga fazenda e para comportar todas os estudantes, o barracão do curral foi adaptado e transformou-se em salas de aula. Isso demonstra o descaso das autoridades com as escolas do campo. A construção de um prédio apropriado já foi reivindicada junto ao MEC desde 2010 e até 2015 não foi concretizado. Mas, ao menos, essa adaptação mostra que a *terra de negócio*, demonizada por Martins (1983), se transformou em *território de vida* (SAUER, 2013), no qual os filhos dos trabalhadores do campo passam horas, em busca de conhecimento.

Em 2012 foi instituído o Programa Nacional de Educação do Campo PRONACAMPO, pelo MEC/SECADI, com objetivo de.

Disponibilizar apoio técnico e financeiro, aos estados, municípios e Distrito Federal para implementação da Política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da Educação Básica e Superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do

campo e quilombolas, em todas as etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2013, p.6).

O PRONACAMPO foi estruturado a partir de quatro eixos: Eixo I– *Gestão e Práticas Pedagógicas*; Eixo II – *Formação de Professores*; Eixo III – *Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica*; Eixo IV – *Infraestrutura Física e tecnológica*.

O eixo *Infraestrutura física e tecnologia* foi estabelecido na educação do campo para, possibilitar a construção de escolas, a inclusão digital e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Campo – Liberação de verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para custeio e capital – A partir de 2013, o PDDE Campo foi implementado nas escolas Terezinha de Jesus Rocha e Olímpya Angélica de Lima, a última também foi contemplada com o Programa Dinheiro Direto na Escola Sustentável que utilizou parte deste recurso para construir um parquinho de diversão. Das escolas-polo, a Escola Vale do Amanhecer é a única que possui um centro poliesportivo, que foi construída em 2015.

Para a inclusão digital, todas as escolas-polo receberam: projetor multimídia; computador e impressoras; Kits com material para sala de recursos; laboratórios de acessibilidade. Em 2015 as escolas receberam a internet banda larga (SME, 2015). Estes equipamentos foram importantes para os educadores dinamizarem as práticas em sala de aula.

Na área de construção de escolas, com projetos específicos e padronizados para a educação do campo, o município de Goiás, desde 2010, inseriu no Plano de Ações Articuladas (PAR), via Sistema Integrado do MEC (SIMEC) – Onde obrigatoriamente as secretarias municipais de educação devem cadastrar todos os projetos demandados junto ao Governo Federal – , projetos para a construção das escolas: Holanda, no PA Holanda, sob o número de inscrição 23471; Escola Olímpya Angélica de Lima, no PA União dos Buritis, com o número de inscrição 23472 e Escola Pingo de Gente, no distrito de Colônia de Uvá. O único que foi aprovado e está em fase de construção é da Escola Pingo de Gente que atendeu em 2015, 66 estudantes da primeira fase do ensino fundamental. Os projetos para a construção das duas outras, que são situadas em assentamentos de reforma agrária, estão em análise (SIMEC, 2015). Portanto, ainda há muito para se concretizar sobre o PRONACAMPO.

Do eixo, *Gestão e Práticas Pedagógicas*, até o momento foi efetivado apenas parte do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Campo, com distribuição de livros para as primeiras séries do ensino fundamental: Coleção *Girassol: saberes e fazeres do campo*. Para Molina, “O livro didático é fundamental na construção de uma visão de mundo” (2015, p. 29). No entanto, os professores afirmaram que está coleção contribuiu pelo simples fato de trazer a tona as questões do campo mas ainda está longe de ser o ideal. Já o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE Campo ainda não são realidade nas escolas do campo em Goiás.

Buscando atender os propósitos da Educação do Campo, integrar o conhecimento científico ao cotidiano das famílias e contribuir com a prática da alimentação saudável, as escolas vem desenvolvendo experiências produtivas com hortaliças, plantio de mandioca, milho, batata, abóbora e árvores frutíferas. No entanto, têm encontrado dificuldades devido à quantidade de força de trabalho de que necessita para as atividades de cultivo, mesmo contando com a participação da comunidade através de mutirões, colaboração e apoio técnico da EFAGO, em 2014 e da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) para efetivação da horta com práticas de produção agroecológica.

Em 2014, pela primeira vez, realizou-se eleição direta para diretores das escolas-polo. Antes, esse cargo era de indicação do prefeito, sem nenhuma influência da comunidade escolar.

Quanto à proposta pedagógica das escolas, todas apresentam o artigo 28 da LDB, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e traz reflexões sobre a necessidade de adequação do currículo e do processo de ensino-aprendizagem à realidade e à necessidade das famílias camponesas, mas reconhecem que ainda não exercem essa prática como deveria, conforme disposto no PPP da Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha.

A organização dos eixos curriculares, nesse universo, necessita de uma perspectiva global e multidimensional, integrando conhecimentos e áreas de estudo, visando uma prática inter e transdisciplinar, articulando diversos campos do saber e da realidade na qual os alunos e alunas do campo estão inseridos. *O desafio é superar a prática de pensar projetos de educação descontextualizados do sentido e da história dos povos do campo*, pois este tem sido um vício bastante comum ao longo da história da educação (PPP, ESCOLA TEREZINHA DE JESUS ROCHA, 2015, p.12).

Mesmo havendo nas escolas-polo projetos e ações que buscam atender os propósitos da Educação do campo, ainda há muito para se construir sobretudo a adequação do currículo e em relação a infraestrutura.

Das ações propostas pelo Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), relacionadas ao eixo, *Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica*, no município de Goiás, está em andamento o *Curso Técnico em Agroecologia*, oferecido pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), na modalidade PRONACAMPO e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A modalidade Educação de Jovens e Adultos no campo ainda não é praticada.

O Eixo *Formação de Professores*, foi efetivado com a oferta de formação inicial para os professores, por meio do Curso de Graduação em Educação do Campo – Área de Conhecimento: Ciências da Natureza, o qual apresentaremos logo a seguir.

O direito a universidade e a Educação do Campo

Na década de 1980, os camponeses iniciaram a demanda pelo direito de acesso à educação dentro dos acampamentos. A luta continuou, resultando em leis sobre a Educação do Campo e se consolidou em Políticas Públicas como o PRONERA e o PRONACAMPO. Estas, possibilitaram a criação de cursos universitários específicos para a população camponesa. No município de Goiás já foram oferecidos três cursos, são eles:

A) O *Curso de Direito para Beneficiários da Reforma Agrária*, Idealizado em 2005, a partir do diálogo entre Universidade Federal de Goiás (UFG) – Campos Cidade de Goiás e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), integraram no debate o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/GO), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) e outros movimentos sociais e sindicais (SOUSA, 2012). Meses depois, foi consolidada pela universidade a proposta do curso Intitulado *Turma Especial do Curso de Direito para Beneficiários da Reforma Agrária*, na modalidade do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) – O PRONERA foi criado em 1998, com objetivo de atender os beneficiários da Reforma Agrária e de fortalecer o território camponês em todas as dimensões.

As instituições responsáveis por este curso estavam cuidando dos trâmites para sua consolidação, quando o Ministério Público Federal (MPF), questionou legalmente a sua regularidade. Caso o inquérito Civil Público instaurado concluísse que o curso seria irregular, ficaria impedida a sua concretização.

31 de maio de 2006: O Ministério Público Federal – MPF – abre Inquérito Civil Público com a finalidade de apurar a regularidade dos projetos mantidos pela UFG para a criação de possíveis cursos a serem destinados a segmentos específicos da sociedade; oficiando a UFG, o MEC, a OAB seção Goiás; e INCRA (Portaria MGMO nº 51/ 2006, que instaura o Procedimento Administrativo nº 1.18.000.008340/2006-92, apud: SOUSA, 2012).

Após dois anos de batalha jurídica, em janeiro de 2007 foi aberto o edital do vestibular especial – Edital nº 02/2007, que possibilitava a inclusão de 60 trabalhadores rurais ao “*direito*” à universidade. No segundo semestre, iniciaram-se as aulas, mas, logo em seguida, em setembro de 2007, o curso foi novamente questionado judicialmente pelo Deputado Paulo Renato- (PSDB) que foi Ministro da Educação no governo Fernando Henrique Cardoso. Ele alegou a ofensa ao “princípio constitucional da igualdade”. A batalha jurídica, política e “de classe” continuou até janeiro de 2010 (SOUSA, 2012).

O caso teve repercussão nacional, pois acesso à universidade no Brasil nunca foi para filhos de trabalhadores, principalmente em um Curso de Direito, até então era espaço ocupado pela elite. Segundo Sousa (2012), a mídia também se sentiu incomodada: “Bacharéis

sem-terra”, disse o jornal O Estado de São Paulo, 2007. A Revista Veja trouxe a matéria “Invasão na universidade”. Percebe-se que esse fato era muito mais do que uma turma de trabalhadores do campo entrando no curso de Direito da Universidade Federal de Goiás; de certa forma, isso feriu o “cérebro” da elite brasileira, do agronegócio goiano e das famílias oligárquicas do município de Goiás. Significou também uma chave para abrir a porta da universidade para outros trabalhadores e trabalhadoras do campo que sempre se viram roubados deste direito.

O Curso funcionou na modalidade da pedagogia *da alternância*. Nessa modalidade, os estudantes passam por diferentes momentos de formação divididos em: *tempo-universidade*(TU), quando os cursistas passam um período na universidade e *tempo-comunidade*(TC), quando os cursistas voltam para as comunidades de origem e continuam os estudos. Estes estudantes concluíram seus estudos em 2012.

Em 2015, a UFG realizou exame vestibular para a segunda turma de direito. Desta vez além de beneficiários de reforma agrária, agricultores familiares poderiam participar.

B) *O Curso de Especialização em Direitos Sociais do Campo*, foi criado pelo Edital Nº 013/2013 e oferecido pela Universidade Federal de Goiás - Regional Cidade de Goiás, tendo sido realizado no período entre maio de 2013 a abril de 2015. A carga horária do curso foi de 514 horas, tendo como princípio formador a pedagogia da alternância. Foram abertas 60 vagas, destinadas ao público graduado e beneficiário do PRONERA.

C) *O Curso de Licenciatura em Educação do Campo* (LEDOC), foi criado pelo Edital nº 2, de 31 de agosto de 2012, publicado pelo Ministério da Educação, de acordo com o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). É direcionado à formação de professores para atuarem nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio e, preferencialmente, atuarem nas escolas localizadas no campo. Visa atender às demandas e às necessidades da população camponesa.

Tendo como princípio filosófico as ideias freireanas que busca articulação constante entre a *práxis* social e a teoria, o curso trabalha de acordo com a *pedagogia da alternância* (UFG-REGIONAL GOIÁS, PPP, LEDOC, 2014, p. 12). Em 2015 foi realizado o quarto vestibular para ingresso dos estudantes no LEDOC. *A priori*, a efetivação de um curso de Educação do Campo por si só já pode ser considerada mais um latifúndio ocupado, espaço que antes pertencia apenas a elite brasileira.

Conclusões

A luta pela Educação do Campo no Município de Goiás começou na década de 1980, dentro dos acampamentos dos trabalhadores sem-terra. A integração na luta e a convivência

em um acampamento proporcionou aos camponeses sem terra a consciência de seus direitos e despertaram neles o desejo de *ser mais humanos* e de lutar pelo direito à educação.

Naquele contexto existiam no campo escolas multisseriadas, que em sua maioria funcionavam nas terras de fazendeiros os quais se sentiam “donos” da escola, tinham como recursos didáticos o quadro e o giz, e atendiam até a primeira fase do ensino fundamental. Passaram-se 30 anos de luta pela terra e conta-se hoje mais de 700 propriedades familiares em áreas que antes eram latifúndios improdutivo. A luta pelo direito a educação se ampliou; criou-se a EFAGO que propõe uma prática pedagógica voltada para a Educação do Campo, utilizando elementos pedagógicos específicos, que dialogam com a realidade das famílias camponesas. Das 61 escolas existentes em 1995, 30 forma aglutinadas nas quatro escolas-polo que foram abertas visando atender o ensino fundamental completo, as outras 31 foram fechadas.

Em 2015, existem, aproximadamente 900 estudantes vivendo no campo; destes em média 600 são atendidos nas escolas ali situadas e os outros, cerca de 300 são transportados para escolas urbanas situadas na cidade de Goiás, Itapirapuã e Itaberaí por ser de mais fácil acesso.

As escolas-polos carecem de melhorias na infraestrutura, sendo também necessário a adequação do currículo visando atender a lei: Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Resolução CNE/CEB Nº 1/2002 Diretrizes Operacionais da Educação Básica das Escolas do Campo e Lei Nº 7352 de 2010, que determina e orienta a Educação do Campo.

Mais de 85% dos estudantes utilizam o transporte escolar, fator que interfere muito na vida das famílias camponesas e na qualidade da educação oferecida. Por isso há necessidade de buscar estratégias junto ao poder público, para solução dos problemas.

A Educação do Campo se consolidou em leis e políticas públicas. Foram abertos cursos em nível de graduação e pós-graduação nessa modalidade de ensino. Portanto, pode se concluir que ao longo desses 30 anos de luta pela terra e pela educação no município de Goiás, o direito de acesso à educação do campo vem sendo conquistado, “as escolinhas de favores” se tornaram “escolas de direito”, no entanto ainda há muito que se caminhar para efetivar a educação no/do campo.

Referências

ARROYO, Miguel G. A educação básica e o movimento social do campo. *In*: ARROYO, Miguel. G; CALDART, Roseli. S; MOLINA, Mônica, C. Orgs: **Por Uma Educação do Campo**. 5ª ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 214 p.

ARROYO, Miguel G. Apresentação. *In*: SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo**:

Propostas e práticas pedagógicas do MST. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 135.p

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 7352, de 2010.** Brasília, novembro de 2010.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 9. ed. – Brasília: 2014. 45 p.

BRASIL. MEC. **Conselho Nacional de Educação – CNE.** Parecer nº 36/2001. Brasília. 2002.

BRASIL. MEC. SIMEC – **Sistema Integrado de Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PAR.** 2015. Disponível: <http://simec.mec.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2015.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto-lei Nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro, 125º da Independência e 58º da República.

BRASIL, MEC, Universidade Federal de Goiás. **Curso de Especialização em Direitos Sociais do Campo.** Edital nº 013/2013. Cidade de Goiás, GO, 2013.

BRASIL, MEC, Universidade Federal de Goiás. **Curso de Educação do Campo: Ciências da Natureza.** Projeto Político Pedagógico. Cidade de Goiás, GO.2015.

BRASIL, MEC, SECADI. **Programa Nacional de Educação do Campo –** documento orientador. Brasília, janeiro de 2013

CALDART, Roseli S. Por uma Educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In:* ARROYO, Miguel. G; CALDART, Roseli. S; MOLINA, Mônica. C.(Orgs). **Por uma Educação Básica do Campo.** 5ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. 214p.

DOURADO, Benvinda B. A educação primária no Tocantins: das escolas isoladas ao grupo escolar. *In:* **Percursos Históricos da Educação no Cerrado.** (Orgs): MACHADO, Maria M; SANTOS, Jocyléia S- Campinas, SP. Mercado de Letras, 2012. 265 p, p. 191-216.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE GOIÁS. **Projeto Político-Pedagógico.** Cidade de Goiás – GO, 2015.

ESTADO DE GOYÁZ. **Regulamentação do Ensino Primário do Estado de Goyáz -** Decreto nº 10.640 de 10 de Fevereiro de 1930.

ESTADO DE GOYÁZ. **Regulamentação para a instrução primária da Província de Goyáz –** Lei nº 4. 148 – ACTO de 11 de fevereiro de 183.

FERNANDES, Bernardo. M. Prefácio. *In:* SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Propostas e práticas pedagógicas do MST.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 135.p

HAGE, Salomão M; PENA, Selma C. Escolas rurais com turmas multisseriadas: realidades, contradições e desafios para a construção de materiais didáticos pedagógicos. *In:* **Livro didático e educação do campo.** (Orgs): CARVALHO, Gilcinei. T; MARTINS, Maria de Fátima. A; F a E- Faculdade de Educação – UFMG, Belo Horizonte, 2015. p. 125-135.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível: www.incra.gov.br. Acesso em 15 de Janeiro de 2015.

JESUS, José. N. A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás. **Revista NERA.** Presidente Prudente, Ano 14, nº. 18, p. 07-20 jan-jun./2011.

MST. Ocupar Resistir e Produzir Também na Educação. **Boletim da Educação.** Nº 01, Ago. 1992.

DAS “ESCOLINHAS DE FAVORES” À “ESCOLA DE DIREITO”:
A EDUCAÇÃO NO/ DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE GOIÁS

MARTINS, José de S; **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.162 p.

MEC, Universidade Estadual de Goiás. **Edital Nº 001/2015, Curso Técnico em Agroecologia**. Cidade de Goiás, 2015.

MOLINA, Mônica C. Políticas públicas em Educação do Campo: avanços e desafios do PNLD Campo. In: CARVALHO, Gilcinei. T; MARTINS, Maria de Fátima. A. (Org.) **Livros Didático e Educação do Campo**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação 2014. p. 125-135.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS. **Contrato de prestação de serviços do transporte escolar nº 11/2015**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS. **Contrato de prestação de serviços do transporte escolar nº 12/2015**.

RODRIGUES DA SILVA, Rusvênia Luiza B. **Sobre o camponês do sertão**: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás – GO. 186 p. Dissertações (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2003.

SANTOS, Luiz C. dos; ESCOLARO, A. **História Religiosidade e Cultura**: Comunidades do Município de Goiás. Goiás, GO, 2002, 115 p.

SANTOS, José V. T. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 2 (2), 109-117, 1981.

SAUER, Sérgio. **Luta pela terra, movimentos sociais e rearticulação dos povos da terra, das águas e das florestas**. ABRA. Edição especial. Junho de 2013. ISSN 0102-1184 P 69-85.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Livro-Ata de Resultados Finais**. Cidade de Goiás - GO, 1975.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Livro-Ata de Resultados Finais**. Cidade de Goiás - GO, 1980.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Livro-Ata de Resultados Finais**. Cidade de Goiás - GO, 1985.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Livro-Ata de Resultados Finais**. Cidade de Goiás - GO, 1990.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Livro-Ata de Resultados Finais**. Cidade de Goiás - GO, 1995.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Livro-Ata de Resultados Finais**. Cidade de Goiás - GO, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL HOLANDA. **Projeto Político-Pedagógico**. Cidade de Goiás - GO, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL OLÍMPYA ANGÉLICA DE LIMA. **Projeto Político-Pedagógico**. Cidade de Goiás - GO, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL TEREZINHA DE JESUS ROCHA. **Projeto Político-Pedagógico**. Cidade de Goiás - GO, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL VALE DO AMANHECER. **Projeto Político-Pedagógico**. Cidade de Goiás - GO, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Plano de Cargos e Salários**. Cidade de Goiás - GO, 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Plano Municipal de Educação** - decênio 2014/2024. Cidade de Goiás - GO, 2014.143 p.

SOUSA, Regina Sueli. **Razão e Movimentos Sociais** – as Racionalidades Vividas no MST. 2002. 202 p. Tese de Doutorado. UNESP – Marília, 2002.

SOUSA, Ranielle. C. **O Direito achado no campo**”: a construção da liberdade e da igualdade na experiência da turma Evandro Lins e Silva. 203 p, 2012, Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2012.

SOUZA, Francilane E. **As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás: instrumento para a valorização do território do camponês?** 2012. 380 p. Tese de Doutorado em Geografia. UESP -Presidente Prudente – SP, 2012.

SOUZA, Francilane. E. Panorama do fechamento de escolas no campo do estado de Goiás de 2007 a 2015. Disponível: http://observatorio-edu-campo-goias.blogspot.com.br/2016/07/panorama-do-fechamento-de-escolas-no_47.html. Acesso em: 07 de Agosto de 2016.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 135.p

Sobre a autora

Dorcelina Aparecida Moreira – Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Mestrado em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás; Atualmente trabalha na Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, Cidade de Goiás, Goiás, Brasil.

Como citar este artigo

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. Das “escolinhas de favores” à “escola de direito”: a educação *no/ do* campo no município de Goiás. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 153-176, mai.-ago. 2018.

Recebido para publicação em 16 de abril de 2017.
Devolvido para a revisão em 24 de janeiro de 2018.
Aceito para a publicação em 07 de fevereiro de 2018.
